

Geografia, eleições para governador no Paraná em 2002 e a análise espacial do voto

Washington Ramos dos Santos Junior¹, Tiago Viesba Pini Inácio², Paulo Vinícius Vasconcelos de Medeiros³, Márcia da Silva⁴ e Daniel Galuch Junior⁵

RESUMO

O estudo analisa as eleições para governador no Paraná em 2002, com foco na espacialização dos votos e na relação entre aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos. O objetivo foi compreender como fatores territoriais influenciam o comportamento eleitoral e as estratégias dos candidatos. A metodologia utilizou análise cartográfica para identificar padrões espaciais de voto, aliada a uma abordagem interdisciplinar que considerou variáveis políticas, econômicas e sociais. Os principais resultados destacam a verticalização entre pleitos estaduais e nacionais, refletida no impacto da eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva no desempenho estadual de Roberto Requião, eleito governador no segundo turno. Observou-se a fragmentação dos votos no primeiro turno e a transferência no segundo, influenciada por alianças partidárias e lideranças regionais. A análise revelou diferenças marcantes no comportamento eleitoral entre regiões mais desenvolvidas, como Curitiba e o Norte, e áreas periféricas, onde questões socioeconômicas tiveram maior peso. Conclui-se que o cenário eleitoral do Paraná é fortemente influenciado por dinâmicas nacionais, mas moldado por particularidades locais e regionais.

Palavras-chave: Paraná; Eleições 2002; Espacialização do voto.

¹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). É graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em Psicologia Social e doutor em Geografia Humana, ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou pós-doutorado na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGEO/UESB). E-mail: washingtonramos.geopsique@gmail.com; washington.junior@uesb.edu.br.

² Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). E-mail: tiagoviesba009@gmail.com

³ Professor do curso de Direito do Instituto Federal do Paraná. Graduado em Direito pela Unifor - universidade de Fortaleza. Mestre em Educação pela UPF - universidade de Passo Fundo. Doutorando em Geografia pela Unicentro - Universidade do Centro Oeste do Paraná.

⁴ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: marcia.silvams@gmail.com

⁵ Analista Judiciário do TRE-PR, lotado na Seção de Gestão Documental, Memória Institucional e Biblioteca do TRE-PR. É graduado em Direito e Geografia, ambas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pós graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: danielgj@tre-pr.jus.br

ABSTRACT

This study analyzes the 2002 gubernatorial elections in Paraná, focusing on the spatial distribution of votes and the relationship between geographic, historical, and socioeconomic aspects. The objective was to understand how territorial factors influence electoral behavior and candidates' campaign strategies. The methodology involved cartographic analysis to identify spatial voting patterns, combined with an interdisciplinary approach that considered political, economic, and social variables. The main findings highlight the alignment between state and national elections, as reflected in the impact of Luiz Inácio Lula da Silva's presidential victory on the state-level performance of Roberto Requião, who was elected governor in the second round. The study observed vote fragmentation in the first round and vote transfer in the second, influenced by party alliances and regional leaderships. The analysis revealed significant differences in voting behavior between more developed regions, such as Curitiba and the North, and peripheral areas, where socioeconomic issues carried more weight. The study concludes that Paraná's electoral landscape is strongly influenced by national dynamics, but shaped by local and regional particularities.

Keywords: Paraná; 2002 Elections; Spatial Distribution of Votes.

Contextualização do Paraná e das eleições de 2002 – Um olhar geográfico

Em outubro de 2002, foram realizados os dois turnos das eleições presidenciais e para governador no Brasil e no Paraná, nos dias 6 e 27, marcando o período da quarta eleição presidencial do país após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No contexto nacional, essas eleições marcaram a vitória e a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, além da volta de Roberto Requião ao governo do Estado. Segundo Relatório do Tribunal Superior Eleitoral, “observou-se crescimento considerável do eleitorado: de 16,127% em 1945 para 65,716% em 2002, traduzidos em mais de 115 milhões de eleitores” (Brasil, 2003, p.16). No Paraná, o pleito ocorreu nos 399 municípios do estado, com um total de 6.663.381 eleitores (5,79% do Brasil), distribuídos em 21.778 seções.

Nosso objetivo é descrever as eleições para governador do Estado do Paraná em 2002 a partir da espacialização dos votos. Para tanto, retomamos a tradição da Geografia Política de contextualizar a

importância da ligação entre o território e as arenas eleitorais, ou seja, de compreender “como as divisões territoriais e os laços de pertencimento continuam a moldar o comportamento de voto atual”¹ (Mazzoleni, 2023, p. 90-91).

Posicionar esse debate na Geografia significa identificar os chamados “padrões espaciais” e, portanto, avaliar como a organização do espaço influencia a decisão dos eleitores – através de determinado contexto socioeconômico, variáveis demográficas, perfil das elites políticas, posição geográfica etc. – bem como a maneira como os candidatos podem manipular essa organização a seu favor (Azevedo, 2023; Barros, 2010).

Além disso, outro ponto que merece destaque e auxilia na compreensão do processo eleitoral em contexto brasileiro é que “[...] a capacidade das elites estaduais de construir e manter coalizões eleitorais dominantes é fortemente constrangida pela competição vertical que se estabelece com o nível federal de governo”² (Borges, 2010, p. 168). Ou seja, os pleitos estaduais, especialmente a partir dos anos 2000, passam a ser influenciados por verticalidades.

Nesse caso, “uma das principais implicações da hipótese relativa ao impacto da competição vertical entre esferas de governo é a de que as eleições estaduais seguem, em boa medida, uma lógica nacional e não apenas regional” (Borges, 2010, p. 173). Desse modo, entende-se que os pleitos estaduais passam a depender cada vez mais do cenário nacional. Isso se evidencia no crescimento da força eleitoral dos partidos de esquerda nos sistemas estaduais, impulsionado pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2002 e 2006. Esse processo se reproduz, por exemplo, nas eleições para governador do Paraná em 2002, como será analisado adiante.

Os anos 1990 foram marcados por profundas mudanças na estrutura dos sistemas políticos e nas relações econômicas globais, impactando análises que abrangem desde o cotidiano dos eleitores até as transformações na estrutura produtiva do território paranaense e da própria inserção do Brasil nesse sistema.

¹ Tradução nossa do original: “*As territorial divides and belongings continue to shape contemporary voting behaviour*” (Mazzoleni, 2023, p. 90-91).

² De acordo com o autor: “primeiro, por conta da realização das eleições estaduais e presidenciais de forma concomitante a partir de 1994. Segundo, com a introdução do instituto da reeleição em 1998, os presidentes e seus partidos passaram a contar com um importante instrumento facilitador da construção e consolidação de coalizões eleitorais” (Borges, 2010, p. 173).

O contexto econômico, social e político do Brasil no início dos anos 1980 era o resultado direto dos anos da Ditadura Militar (1964-1984), caracterizado por uma grande expansão econômica e desenvolvimento, sustentados na superexploração do trabalho e no aprofundamento das desigualdades (Mendonça, 1986; Ayres, 2012). Observa-se, nesse período, a consolidação da industrialização em setores de alta tecnologia, como a petroquímica, indústrias de base, geração de energia e o setor agroindustrial, além da intensa mecanização do campo e o êxodo rural.

Já no campo social, as consequências do modelo de desenvolvimento adotado durante a ditadura incentivaram a migração entre regiões do país – especialmente das áreas periféricas para os polos industriais – e o consequente inchaço das cidades, com a precarização da vida urbana e das condições de trabalho.

Dessa maneira, a industrialização ocorreu com uma especialização espacial da produção. Ou seja, o desenvolvimento das demais regiões, exceto o Sudeste – principal pólo industrial, comercial e financeiro do país – passou a se dar a partir de atividades complementares às da sua indústria (Santos; Silveira, 2020).

Esse contexto inclui o Paraná, cujas transformações acompanham sua histórica relação de ocupação do território atrelada ao desenvolvimento da capital paulista. Nos anos 1940 e 1950, a fronteira agrícola avançou para o norte paranaense, especialmente em decorrência do esgotamento de terras disponíveis no estado e do incentivo à industrialização na capital paulista. “Nesse sentido, a condição de grande produtor de café – carro-chefe das exportações nacionais – assegura ao Paraná, pela primeira vez, uma participação decisiva na economia brasileira” (Magalhães, 2017, p. 58).

Esse processo incentivou a migração para o estado, o acúmulo de capital e diversificação da economia em função da expansão do cultivo de café, uma vez que o setor industrial ligado ao café passa a representar 60% da renda do estado e 58% do valor da produção agrícola (Ayres, 2012; Trintin, 2001). Em um primeiro momento, coube ao Paraná, segundo Ayres (2012, p. 6), “a função de gerar atividades econômicas complementares ao desenvolvimento nacional, como a produção agropecuária, alimentícia e posteriormente sediar a construção da usina de Itaipu”.

Além disso, a renda advinda da ocupação do norte paranaense e o avanço da fronteira agrícola com a produção do café foram

acompanhados por políticas territoriais do governo estadual, que visavam superar os impasses materiais e garantir a centralização política, uma vez que a Região Norte ainda dependia da administração paulista.

Entre as políticas territoriais adotadas, podemos citar: a proibição, obtida junto ao governo federal, de novas plantações de café no país, para controlar a oferta; a criação de novos municípios e o povoamento da Região Norte; a construção de redes de circulação, como rodovias e ferrovias, para o escoamento da produção via porto de Paranaguá³; e o desenvolvimento de serviços administrativos, como sistemas de saúde, educação, segurança e controle demográfico (Magalhães, 2017; Trintin, 2001).

Por outro lado, esse desenvolvimento representou mais um capítulo na história da disputa por terras no Brasil, pois, o que era visto “[...] nesse processo de ocupação das terras [era] a reafirmação da verdadeira vocação do Paraná – terra de pequena propriedade e policultura” (Magalhães, 2017, p. 72), o que passou a ser apontado como um impedimento para o desenvolvimento do estado.

Assim, em razão do processo de industrialização e do desenvolvimento de um setor agropecuário moderno e tecnológico, passou a ser mais interessante adotar o modelo da monocultura em grandes propriedades, altamente mecanizado e voltado para a exportação.

Por essa razão, abriu-se espaço para novas disputas pelo uso da terra, em uma tensão entre o modelo novo e o tradicional, baseado na agricultura familiar e em pequenas propriedades. O governo estadual, no entanto, incentivava a concentração fundiária e a destituição das pequenas propriedades no Norte do Estado (Ayres, 2012).

A mecanização da agricultura e a concentração fundiária provocaram um intenso êxodo rural para as médias e grandes cidades, assim como para a capital, Curitiba. Esses processos foram responsáveis por uma rápida urbanização e deterioração das condições de moradia nas cidades. Conforme Magalhães (2017, p. 83), “se, em 1950, apenas 25% da população paranaense era urbana, em 1970, esse contingente será de 36% e, em 1980, de 55%”.

³ Vale ressaltar que esse foi o setor mais privilegiado dos gastos do governo estadual. Para termos uma ideia, em 1951, a Secretaria de Viação e Obras Públicas foi responsável por 41% das despesas estaduais e absorveu 58% das verbas suplementares; porcentagem mais ou menos mantida nos anos seguintes (Magalhães, 2017).

Duas consequências diretas desse processo foram, por um lado, o avanço tecnológico, que intensificou o empobrecimento de parte da população. Como destaca Magalhães (2017, p. 84) “surgem aí, com maior expressividade do que nas décadas anteriores os trabalhadores volantes (ou boias-frias), os favelados, os meninos de rua, os subempregados”. Por outro, apesar da crise do café nas décadas de 1970 e 1980, em apenas dez anos a agricultura paranaense passou de maior produtora de café a uma das maiores produtoras de soja e trigo, impulsionada pela modernização do setor, pela diversificação industrial e pela política estadual do crédito rural (Trintin, 2001).

Nesse sentido, o processo de reestruturação econômica do estado é apontado como tardio, sendo que a industrialização do Paraná só se consolida a partir das décadas de 1970 e 1980, quando se observar a formação de dois grandes polos: Curitiba e o Norte Cafeeiro, “[...] regiões de maior peso demográfico, eleitoral e econômico” (Magalhães, 2017, p. 72).

Desse modo, se o norte paranaense teve seu dinamismo econômico ligado à cafeicultura Curitiba, por outro lado, tornou-se um dos principais polos de desenvolvimento industrial do Estado, com foco em “[...] empresas nos grupos de minerais não-metálicos, metalurgia em geral, produtos de origem florestal, agrícola e animal, produtos químicos e manufatura em geral” (Magalhães, 2017, p. 73).

Para dar suporte material a essa industrialização, o governo estadual deu ênfase à ampliação da infraestrutura de circulação – como a Rodovia do Café, que liga Paranavaí a Paranaguá, a Rodovia do Sudoeste e a Transversal do Paraná, entre Paranaguá e Foz do Iguaçu – e o aumento da produção de energia elétrica, com a criação de usinas e barragens de água.

Além disso, destaca-se a necessidade de mão-de-obra qualificada, o que levou o governo a incentivar a ampliação do acesso a cursos acadêmicos de nível médio e superior, bem como a educação técnica.

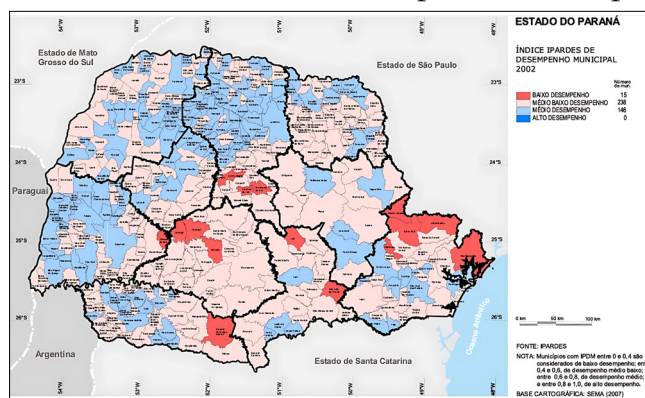
Dessa forma, a partir da década de 1990, grandes investimentos foram atraídos para o setor industrial paranaense, formando um polo automobilístico, e, atrelado à modernização do seu agro-negócio, impulsionando a ampliação do complexo madeireiro e papeleiro, além do desenvolvimento da indústria mecânica e da mecatrônica. A ênfase deve ser dada à implantação de montadoras

automotivas na Região Metropolitana de Curitiba e à reestruturação da sua agroindústria, fatores que reconfiguraram a base produtiva do Estado (Dubiel; Raiher, 2013, p. 6-7).

Desse modo, chegamos aos anos 1990 com uma economia estadual já bastante diversificada, que engloba desde um complexo agroindustrial focado na produção de commodities até um parque industrial moderno, com destaque para a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e sua Região Metropolitana.

Assim, aliados a essa economia diversificada, encontramos também padrões de centro-periferia que passam a ditar a hierarquia entre os espaços estaduais. Os maiores polos de desenvolvimento, as regiões com melhores indicadores de emprego, renda, saúde, educação e produção agropecuária estão concentrados, conforme a Figura 1, na Região Metropolitana de Curitiba – fruto do seu dinamismo industrial –, nas regiões Norte, com destaque para Londrina e Maringá e sua força na agroindústria, e, por fim, na Região Oeste, impulsionada por Foz do Iguaçu e a produção de energia elétrica (Dubiel; Raiher, 2013; Pitilin; Piacenti; Alves, 2019).

Figura 1 - Índice IPARDES de Desempenho Municipal 2002.



Fonte: IPARDES (2002).

Desse modo, “em oposição, principalmente na Região Central do Paraná indo até o Sul do Estado, havia um grande vazio do desenvolvimento socioeconômico” (Dubiel; Raiher, 2013, p. 13). Aliado a isso, os maiores fluxos demográficos dos anos 1990-2000 são justamente oriundos dessas regiões periféricas em direção aos pólos econômicos (Pitilin; Piacenti; Alves, 2019).

A partir da década de 1990, a população do Estado volta a crescer em razão da redução da emigração, agora com a possibilidade de emprego e renda com a proporcionada pela expansão da fronteira agrícola para o interior e pelos mercados de trabalho urbanos. Nesse sentido, de acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2003), os aglomerados urbanos que apresentam crescimento demográfico são a Região Metropolitana de Curitiba, o Norte-Central, o Oeste e a faixa litorânea.

Entretanto, apesar desse crescimento, o Paraná concentra o maior número de municípios no recorte muito inferior do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 2000, com a predominância de uma mancha contínua desse fenômeno exatamente nas regiões Central e Sul, como observado na Figura 1. Além disso, os índices indicam uma “[...] expressiva concentração de pobreza nas áreas rurais, no caso do Paraná, dado que 71% da população rural encontra-se em municípios com IDH-M inferiores ao do Brasil” (IPARDES, 2003, p. 5).

Ademais, em 2022, a produção da agroindústria respondeu por 55% das exportações do Estado. Assim, “orientado pelo mercado, o crescimento da produção agrícola continua estritamente dependente da soja e do milho, que em 2001 participavam com 60% do valor bruto da produção de lavouras” (IPARDES, 2003, p. 11).

No entanto, a estrutura fundiária ainda é concentrada, já que a produção para subsistência, representando 50% do total de agricultores, detém menos de 15% das áreas cultivadas, enquanto os agricultores empresários detêm a maioria das terras, mas representam apenas 12% do total (IPARDES, 2003).

Em vista disso, ressaltamos a pesquisa de Ayres (2012), na qual se questionam as particularidades envolvidas no surgimento do PT no Paraná e sua baixa representação nos pleitos. Segundo ela, enquanto no ABC paulista o PT conseguiu se estruturar como representante dos “trabalhadores” desse “novo sindicalismo” – em particular os metalúrgicos das empresas automobilísticas – no Paraná, os grupos que compuseram o partido foram os sindicalizados do setor da construção civil e rural, profissionais liberais (professores e funcionários públicos), estudantes, a Igreja Católica, movimentos populares por moradia

e o campesinato (organizado no Movimento dos Sem-Terras⁴). Além disso, cabe ressaltar que, segundo Ayres (2012, p. 17), “os anos que se seguiram após os anos 90 não representaram muito avanço ao sucesso do PT-PR, ao menos no que diz respeito às eleições ao governo e à contribuição do estado para as eleições à presidência”.

Nesse sentido, chama atenção que, no Paraná, os candidatos eleitos aos cargos de governador e senador foram pouco variáveis entre as décadas de 1980 e 2000, como pode-se observar no Quadro 1. Assim, é possível afirmar que no Estado, os grupos políticos dependem menos das legendas dos partidos e suas ideologias e mais da personalidade dos candidatos que se reproduzem no tempo. Por isso, “a contraposição dos mapas partidários no Paraná parece revelar mais uma influência das personalidades e carismas dos candidatos, do que uma opção ideológica propriamente dita” (Barros, 2010, p. 2).

Quadro 1 - Governadores e Senadores eleitos entre 1979 – 2006

| Eleição | Governador Eleito | Senador Eleito |
|----------------|--------------------------|---|
| 1982 | José Richa – PMDB | Álvaro Dias – PMDB |
| 1986 | Álvaro Dias – PMDB | José Richa – PMDB Affonso Alves C. Neto - PMDB |
| 1990 | Roberto Requião – PMDB | José Eduardo A. Vieira – PTB |
| 1994 | Jaime Lerner – PFL | Roberto Requião – PMDB Osmar Dias – PSDB |
| 1998 | Jaime Lerner – PFL | Álvaro Dias – PSDB |
| 2002 | Roberto Requião – PMDB | Flávio José Arns – PT Osmar Dias – PDT |
| 2006 | Roberto Requião – PMDB | Álvaro Dias – PSDB |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2025).

⁴ Vale mencionar que a repressão política no Estado foi um elemento chave para garantir a concentração de terras, processos estes observados nos vários conflitos ocasionados na disputa entre as frentes de modernização e os grupos locais, como, por exemplo, nas desapropriações ocorridas na construção de Itaipu e da barragem da Ilha Grande (Magalhães, 2017). Por outro lado, “o Paraná foi, portanto, o berço de um dos mais importantes movimentos populares do país – o Movimento dos Sem Terra (MST), que teve sua construção iniciada no Oeste, Centro e Sudoeste do estado no ano de 1984” (Ayres, 2012, pp. 14-15).

Desse modo, entre os grandes nomes da política majoritária no Paraná, salvo Lerner e seu grupo, são herdeiros políticos de José Richa, que governou o estado entre 1983-1986: Roberto Requião (eleito Deputado Estadual), Álvaro Dias (eleito Senador), Osmar Dias (Presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Estado do Paraná), Flávio Arns (Diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação), entre outros (Barros, 2010; Magalhães, 2017).

Além dos políticos que seguiram caminhos próprios após a gestão de José Richa, seu filho, Beto Richa, também buscou espaço na política estadual. Em 2002, disputou pela primeira vez o cargo de governador do Paraná, sem êxito. Nos anos seguintes, elegeu-se prefeito de Curitiba em 2004 e foi reeleito em 2008.

O pleito de 2002 refletiu a competitividade da política paranaense, marcada pela presença de lideranças com forte base eleitoral. Roberto Requião (PMDB) destacou-se nesse cenário, contando com o apoio de prefeitos e consolidando sua posição como um dos principais nomes do estado. Em síntese, esta trajetória incluiu três mandatos como governador e duas eleições para o Senado, demonstrando sua capacidade de articulação política.

Álvaro Dias (PDT), outro nome relevante, governou o Paraná por um mandato, mas teve maior projeção no Senado, onde foi eleito três vezes.

Além desses nomes, a eleição de 2002 contou com a participação de candidatos competitivos de diferentes espectros políticos. Rubens Bueno (PPS) disputou representando o partido de Ciro Gomes, buscando consolidar um espaço no Paraná para uma alternativa política de centro. Roque Zimmermann (PT), filiado ao mesmo partido de Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe para o debate estadual pautas alinhadas ao projeto político petista. Beto Richa (PSDB), herdeiro político de José Richa, também esteve na disputa, integrando o partido de José Serra e buscando ampliar sua inserção na política estadual.

Por fim, vale ressaltar que nossa metodologia se baseia no uso de mapas para melhor visualizarmos os padrões espaciais do voto. Ou seja, “com a cartografia temática podemos visualizar as questões em seu conjunto para atuar no sentido da análise e

transformação da imagem que temos da geografia política no (e do) Paraná” (Barros, 2010, p. 2). Assim, baseamos nossa análise em um duplo processo: por um lado, conhecer a distribuição geográfica do pleito e sua relação com os aspectos sociais, históricos, econômicos, culturais e políticos dos territórios; por outro, demonstrar como essas arenas eleitorais influenciam as estratégias dos candidatos (Azevedo, 2023).

Desse modo, “as escalas geográficas possibilitam a análise dos acontecimentos por diferentes formas. O mapear – escala geográfica – é procedimento próprio da geografia” (Barros, 2010, p. 3), uma vez que esse procedimento pode revelar as relações de produções sociais e espaciais inerentes ao conhecimento geográfico.

Tabela 1 - Votos apurados no 1º Turno das Eleições estaduais do Paraná de 2002 por candidato

| Chapa | Votos | % votos dos votos apurados |
|---|-----------|----------------------------|
| Álvaro Dias e Luiz Forte Neto (PDT, PPB, PTB, PTN, PRP, PTdoB) | 1.616.047 | 31,4 |
| Roberto Requião e Orlando Pessuti (PMDB) | 1.347.353 | 26,18 |
| Beto Richa e Lubomir Antonio Ficinski Dunin (PSDB, PFL, PSL, PAN) | 888.837 | 17,27 |
| Padre Roque Zimmermann e Emerson José Nerone (PT, PHS, PCB, PCdoB, PL) | 842.399 | 16,37 |
| Rubens Bueno e Sigrid de Mendonça Andersen (PPS, PV) | 362.464 | 7,04 |
| Severino Nunes Araújo e Laercio de Figueiredo de Souto Maior (PSB, PGT) | 47903 | 0,93 |
| Giovani Gionedis e Julio Hideo Ando (PSC, PST) | 26567 | 0,52 |
| Professor Figueiredo e Ivan Bernardo (PSTU) | 5517 | 0,11 |
| Cirus Itiberê da Cunha e Valdomiro Petriceli (PSD) | 3351 | 0,07 |
| Jamil Nakad e Odivaldo Alves (PRTB) | 2809 | 0,06 |
| José Gladston Bispo e Rubens Aparecido Moretti (PRONA) | 1814 | 0,04 |
| Abrahão Junior e Helen Patrícia Rodrigues de Lima (PTC) | 1495 | 0,0, |
| Votos brancos | 219.555 | 3,93 |
| Votos nulos | 219.177 | 3,92 |
| Total de votos apurados | 5.585.348 | 83,82 |
| Abstenções | 1.078.033 | 16,18 |

Como observado na Tabela 1, no primeiro turno das eleições para o governo do Paraná em 2002, os candidatos com maior votação foram Álvaro Dias (PDT), que obteve 31,40% dos votos, seguido por Roberto Requião (PMDB), com 26,18%. Além deles, Beto Richa (PSDB), então vice-prefeito de Curitiba, recebeu 17,27%, enquanto o ex-deputado federal Padre Roque Zimmermann (PT) obteve 16,37%. Rubens Bueno (PPS) registrou 7,04% dos votos. O então governador Jaime Lerner (PFL), em seu segundo mandato, apoiou a candidatura de Beto Richa, buscando consolidar sua influência no estado.

No contexto nacional, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu os dois turnos das eleições presidenciais no Paraná, obtendo 50,13% dos votos no primeiro turno e 59,22% no segundo turno (Brasil, 2003). Já para o Senado Federal, foram eleitos Osmar Dias (PDT), com 49,71% dos votos, e Flávio Arns (PT), com 35,73%, consolidando a presença de diferentes forças políticas na representação do estado.

Desse modo, observamos a influência de dois elementos nesse cenário: de um lado, as verticalidades dos pleitos; de outro, a reprodução dos grandes nomes da política majoritária no Paraná.

Em primeiro lugar, as eleições de 2002 e a chegada à Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva acompanham o fenômeno da chamada “Onda Rosa”, ou seja, a ascensão ao poder de uma série de governantes de esquerda e centro-esquerda na América Latina durante a década de 2000.

No Paraná, essa força da centro-esquerda pode ser observada na disputa estadual, com nomes como Álvaro Dias, Roberto Requião e Padre Roque Zimmermann no pleito para governador, e Osmar Dias e Flávio Arns para o Senado. Vale destacar seguinte passagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (s/p, 2009): “após as eleições, [Álvaro Dias] responsabilizou sua derrota ao crescimento eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT naquele ano e licenciou-se por um curto período, assumindo seu mandato no Senado em março de 2003”.

Em segundo lugar, reafirmamos que, no Paraná, os grupos políticos dependem menos das legendas dos partidos e suas ideologias, e mais da personalidade dos candidatos que se reproduzem ao longo do tempo, como visto no Quadro 1.

Fundamentando-se nesses aspectos, passamos agora à análise da distribuição do voto nas eleições de 2002 no Paraná.

Análise espacial do voto nas eleições para governador em 2002 no Paraná

Nossa análise cartográfica começa pelos votos nulos e em branco. Sobre eles, um dos primeiros esforços de compreensão no Brasil é de Santos (1987), que cunhou o termo “alienação eleitoral” como o fenômeno comportamental que reúne em um só conceito o voto branco, o voto nulo e a abstenção.

Analisando o período de 1945 a 1982, o autor afirmou que “quanto maior a incerteza do significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação” (p. 55). Assim, a alienação seria uma forma de o eleitor expressar sua insatisfação com o ambiente político de incerteza, funcionando como uma forma de protesto.

Conforme o TSE, nulo é aquele voto

[...] em que o eleitor manifesta sua vontade de anular o voto. Para votar nulo, o eleitor precisa digitar um número de candidato inexistente, como por exemplo “00”, e depois a tecla “confirma”. Antigamente como o voto branco era considerado válido (isto é, era contabilizado e dado para o candidato vencedor), ele era tido como um voto de conformismo, na qual o eleitor se mostrava satisfeito com o candidato que vencesse as eleições, enquanto que o voto nulo (considerado inválido pela Justiça Eleitoral) era tido como um voto de protesto contra os candidatos ou contra a classe política, em geral. Atualmente, vigora no pleito eleitoral o princípio da maioria absoluta de votos válidos, conforme a Constituição Federal e a Lei das Eleições. Este princípio considera apenas os votos válidos, que são os votos nominais e os de legenda, para os cálculos eleitorais, desconsiderando os votos em branco e os nulos (TSE, 2014).

Há quem interprete esses votos como desinteresse pelo processo democrático ou como desilusão com diversas questões estruturais políticas. Questiona-se muito se o nível de escolarização interfere na escolha do voto em branco ou do voto nulo, mas Silva *et al.* (2015, p. 61) afirmam que a:

[...] ausência de efeito estatisticamente significativo da escolaridade sobre o voto não nominal não permite a confirmação da tese de que essa modalidade de participação eleitoral seja fruto da baixa cognição do eleitor [...], já que o resultado indica que esse comportamento se distribui de forma aleatória entre os diferentes níveis de escolarização. Conforme destacamos anteriormente, contudo, esse resultado deve ser relativizado em razão da variável dependente se referir a uma intenção de votar em branco ou nulo e não ao comportamento efetivo. Neste sentido, o que se identifica é que a escolaridade não afeta a intenção de votar dessa maneira, pois as dificuldades e o erro provocados pela baixa escolaridade no momento da operação da urna eletrônica não podem ser captados.

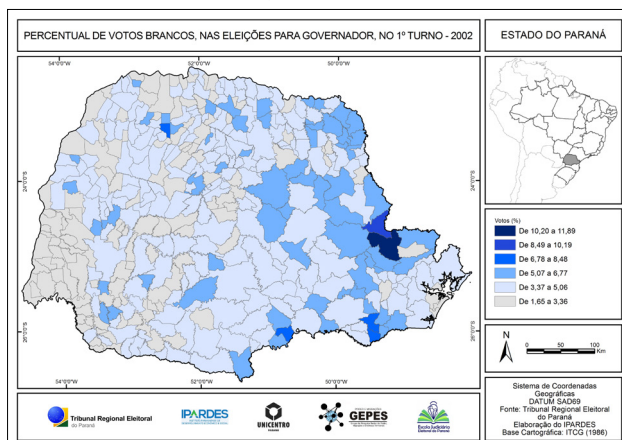
A alienação eleitoral traz algumas questões metodológicas importantes, como assegura Valente (2020, p. 41), já que muitas abordagens se utilizam tão somente de dados macros agregados, o que não permite tirar conclusões para microescalas, considerando-se indivíduos, por exemplo. Isso é o que Costa (2006, p. 129) chama de “falácia ecológica”. Para superá-la, seria necessário que os macros dados fossem contextualizados e relacionados com a cultura política brasileira, assim como com a especificidade temporal do município ou de uma seção eleitoral.

Outrossim, Silva *et al.* (2015, p. 64) propugnam que, se “o voto branco e nulo está relacionado ao ‘retorno esperado do voto’”, expressão de Santos (1987), “logo, é de [se] esperar que os eleitores que confiam menos nas instituições democráticas e/ou no processo eleitoral são os que estão dispostos a anular ou votar em branco”. Nesse sentido, as realidades de 1987 e de 2015 são substancialmente distintas das atuais, uma vez que, nos últimos anos, o próprio voto tem sido utilizado por razões ideológicas para minar a democracia brasileira.

Em relação aos votos em branco, trazemos abaixo as Figuras 02 e 03 alusivos ao primeiro e ao segundo turno das eleições de 2002 para governador do Estado do Paraná. Os percentuais máximos de votos em branco no primeiro turno são quase três vezes maiores se comparados aos do segundo turno; o destaque em ambos os turnos é o município

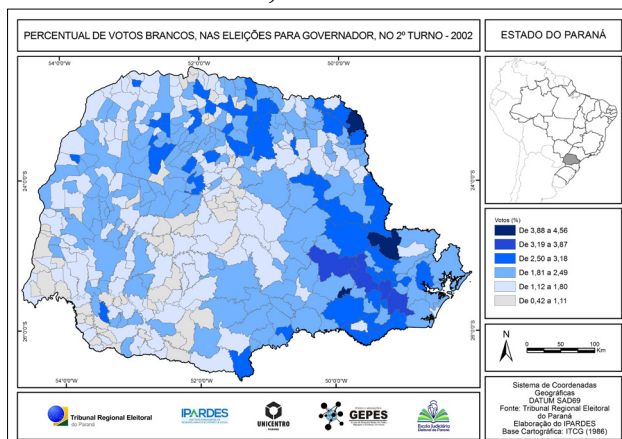
de Cerro Azul. Geograficamente, o leste estadual, conhecido como Vale do Ribeira, apresentou a maior quantidade de municípios com maiores percentuais de votos em branco no primeiro turno. Embora com menor votação em branco, no segundo turno houve um espriamento dessa votação, atingindo também o norte do estado.

Figura 2 – Percentual de Votos Brancos, nas Eleições para Governador, no 1º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Figura 3 – Percentual de Votos Brancos, nas Eleições para Governador, no 2º Turno - 2002

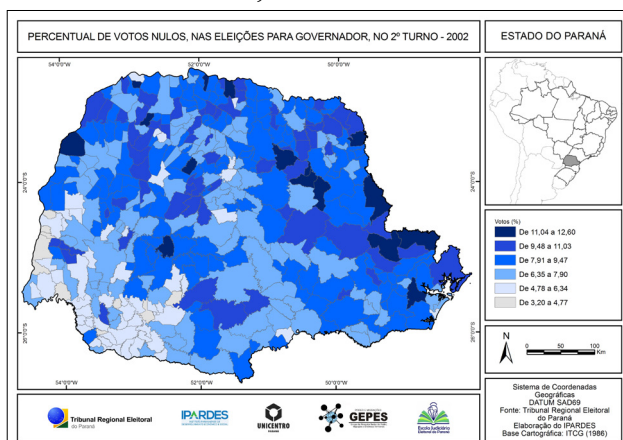


Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Em relação aos votos nulos, a Figura 4 explicita a distribuição espacial desse voto no segundo turno, onde os eleitores não escolheram nem Roberto Requião quanto Álvaro Dias. Podemos perceber que as regiões com menores percentuais são a Oeste e a Sudoeste, estando o voto nulo relativamente disperso nas demais regiões, com destaque para maior concentração desse voto no arco que se estende do Noroeste ao Litoral.

Quanto à classificação das maiores taxas de voto nulo neste turno, citamos Adrianópolis, Mirador, Alto Paraíso, Curiúva, Quinta do Sol, Sengés, Ventania, Itaúna do Sul, Centenário do Sul e Carlópolis.

Figura 4 – Percentual de Votos Nulos, nas Eleições para Governador, no 2º Turno - 2002



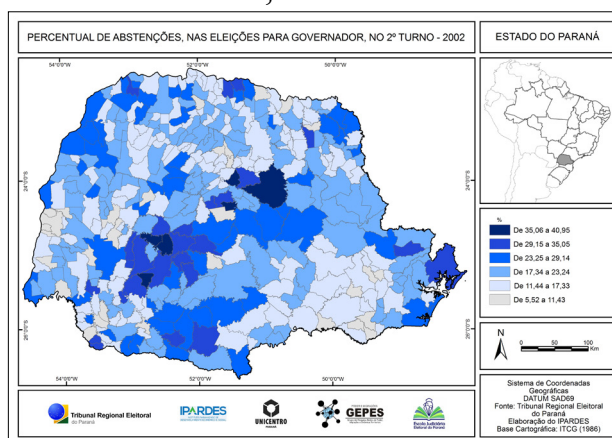
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Para a Justiça Eleitoral, cada turno de uma eleição é independente, especialmente para a estatística da abstenção, usada para definir a não participação do eleitor no ato de votar. Conforme as estatísticas eleitorais, a taxa de abstenção costuma ser menor no primeiro turno. No nível estadual, a abstenção foi de 16,18% no primeiro turno e 18,53% no segundo turno.

Agora, analisamos a taxa de abstenção do segundo turno, com destaque para municípios cuja taxa variou entre 35,06% e 40,95%, bem acima da média estadual (Figura 5). Entre eles, citamos Espigão Alto do Iguaçu, Laranjal, Altamira do Paraná, Ariranha do Ivaí, Ortigueira e Cruzmaltina. Com exceção de

Ortigueira, que tinha 19.159 eleitores em 2002, os demais possuíam um eleitorado inferior a 10.000 eleitores. De todo modo, a chamada alienação eleitoral esteve espreada pelo território paranaense, afetando municípios com distintos indicadores de desenvolvimento humano.

Figura 5 – Percentual de Abstenções, nas Eleições para Governador, no 2º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Quando consideramos os votos para governador, podemos perceber que o grande número de candidatos do primeiro turno fragmenta um pouco a distribuição espacial do voto. Por essa razão, neste trabalho, fixar-nos-emos nos candidatos que tiveram votações mais expressivas – Álvaro Dias, Roberto Requião, Rubens Bueno, Beto Richa e Padre Roque Zimmermann. Os demais candidatos atingiram apenas 1,76% dos votos apurados.

De todo modo, a grande disputa eleitoral nas eleições para governador do Paraná, em 2002, ocorreu entre Álvaro Dias e Roberto Requião. Sobre a eleição, Barros (2010) afirma que:

[...] [a] análise dos resultados do primeiro turno permite algumas observações: 1. Os melhores resultados do PSDB com Beto Richa contemplam 113 municípios predominantes na porção leste do Estado (Norte Pioneiro e Centro Oriental). 2. Há uma disputa acirrada entre Padre Roque do PT e Rubens Bueno do PPS em 118 municípios na porção oeste do Estado, com melhor desempenho de Padre Roque nas regiões Centro Sul, Oeste

e Sudoeste e Rubens Bueno no Centro Oriental, Noroeste e Região Metropolitana de Curitiba. 3. Roberto Requião do PMDB tem seus melhores resultados em 79 municípios, predominando os da região Centro Sul e o sul da região Norte Central. 4. Álvaro Dias do PDT tem sua melhor implantação eleitoral em 89 municípios, bem distribuído pelo Estado, salvo na região mais central onde os outros candidatos apresentam melhor colocação relativa, além de apresentar na região Noroeste o maior percentual de municípios em seu favor.

Álvaro Dias, vencedor do primeiro turno, teve a maioria dos municípios a seu favor, com votação distribuída por todas as regiões. Ele venceu em grandes colégios eleitorais, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, São José dos Pinhais, Toledo, Umuarama e Pato Branco, mas suas vantagens não foram suficientes para garantir a vitória no primeiro turno.

Já Roberto Requião foi bem votado em todas as regiões, concentrou suas vitórias nas regiões Oeste e Sudoeste, incluindo Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão, além de municípios na divisa entre o Centro-Sul e o Norte Central (entorno de Ivaiporã e Pitanga). Também obteve destaque no Noroeste, com Nova Londrina, e no Norte Pioneiro, com Jacarezinho.

No entanto, para alcançar o segundo turno, foi decisiva sua vitória em Curitiba, onde obteve 245 mil votos, superando Beto Richa por 50 mil votos e Álvaro Dias por 78 mil. Requião também venceu em Paranaguá e Morretes e teve boa votação na Região Metropolitana de Curitiba.

Beto Richa foi o segundo candidato mais votado em Ponta Grossa, Curitiba, impulsionado pelo cargo de vice-prefeito na época, e também em Londrina, berço político de sua família. No entanto, em Londrina, Álvaro Dias obteve uma vitória confortável, reforçando sua própria base eleitoral.

Entre as vitórias de Beto Richa, destacam-se Apucarana e municípios tradicionais do Norte Pioneiro, como Jacarezinho, Joaquim Távora, Tomazina e Siqueira Campos. Ele também venceu em Jaguariaíva, na Mesorregião Centro-Oriental, e em municípios com menos de 10 mil eleitores, como Ivatuba (Norte Central), Jardim Olinda e Nova Aliança do Ivaí (Noroeste),

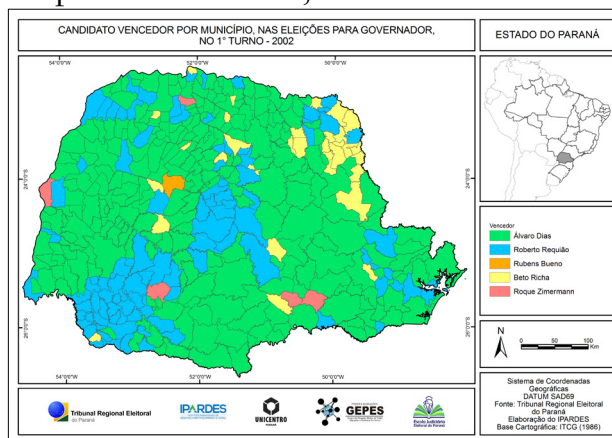
Nova Cantu e Farol (Centro Ocidental), Ivaí e Rio Azul (Centro-Sul) e Bom Jesus do Sul (Sudoeste).

O candidato Rubens Bueno (PPS) ganhou exclusivamente em Campo Mourão, município que se elegeu prefeito em 1992, mas não obteve vitória em nenhum outro município da Mesorregião Centro-Ocidental. O candidato Padre Roque Zimmermann (PT) ganhou em apenas cinco municípios, sendo maior em Guaíra, seguido de Cruzeiro do Sul, Rio Bonito do Iguaçu, Rebouças e São João do Triunfo, mas teve votação similar a Beto Richa.

Naquela época, o Partido dos Trabalhadores (PT) governava Londrina, Maringá, Ponta Grossa (os maiores municípios do interior) e Sarandi. Em Londrina, Zimmermann teve um desempenho melhor que Requião, em Maringá ficou em terceiro lugar, mas bem atrás de Dias e Requião e bem abaixo dos outros candidatos em Ponta Grossa, inclusive de Beto Richa. Zimmermann também ficou em terceiro lugar em Cascavel e Guarapuava.

A Figura 6, a seguir, traz os vencedores em cada município das eleições para governador no primeiro turno.

Figura 6 – Candidato Vencedor por Município, nas Eleições para Governador, no 1º Turno - 2002

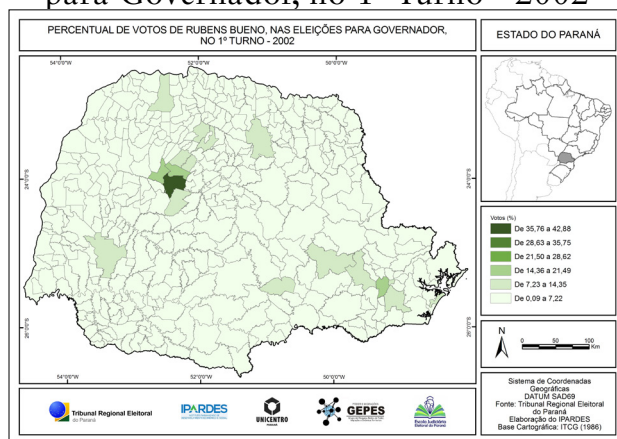


Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Quanto aos candidatos propriamente, a Figura 7 permite observar que Rubens Bueno obteve uma votação concentrada em municípios da Região Centro-Ocidental, especialmente em Campo Mourão, onde os percentuais mais altos foram

registrados, variando entre 35,76% e 42,88%. Sua força eleitoral decorre do seu território de atuação política no reduto da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), principalmente Araruna, Peabiru, Engenheiro, Beltrão e Quinta do Sol tendo alguma expressividade limitada em municípios como Paranaíba, Maringá, Marialva, Londrina, Cascavel, Irati, Ponta Grossa, Campo Largo, Curitiba e São José dos Pinhais, quase todos com hierarquia urbana mais elevada. Nos demais municípios paranaenses, o desempenho nunca ultrapassou 7,22%.

Figura 7 – Percentual de Votos de Rubens Bueno, nas Eleições para Governador, no 1º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); **Organização:** IPARDES (2024)

A Figura 8 demonstra a que votação de Roque Zimmermann, candidato do PT, foi relativamente menor em áreas em que Beto Richa e Álvaro Dias tiveram melhor desempenho, possivelmente demonstrando, já em 2002, certa polarização ideológica entre os candidatos, algo explícito no processo eleitoral federal apenas durante a campanha de reeleição de Dilma Rousseff.

Cabe ressaltar que, na disputa presidencial de 2002, na primeira eleição de Lula, houve, em alguns municípios, como Apucarana e Joaquim Távora, a parceria de Beto Richa com José Serra, candidato a presidente pelo PSDB. Além disso, a vice-candidata deste era Rita Camata, do PMDB de Roberto Requião, o que reforça a dificuldade

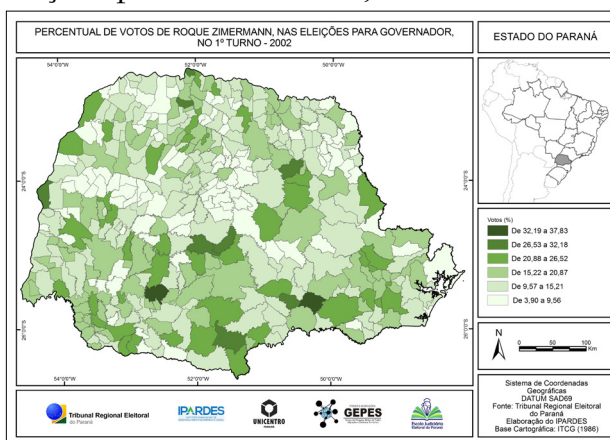
de transpor a análise macroleitoral para a microeleitoral sem maiores pesquisas.

Embora Roque Zimermann tenha recebido votos em diversas partes do estado, seu desempenho se destacou nos municípios de São João do Triunfo, Rio Bonito do Iguaçu, Bituruna, Guaíra, Rebouças, Santa Maria do Oeste, Boa Ventura de São Roque e Sapopema.

Para uma análise mais detalhada, é importante investigar o crescimento do PT nessas regiões, especialmente em Guaíra, bem como o contexto da administração municipal durante as eleições. Em 2000, o PT disputou eleições nesses municípios, mas só se integrou à coligação vencedora em Santa Maria do Oeste.

Além disso, o partido governava Londrina, Sarandi, Maringá e Ponta Grossa na época, locais onde o candidato teve uma votação expressiva, mas não venceu. Nesses municípios, muitos eleitores que votaram no PT nas eleições de 2000 também votaram em Roberto Requião nesta eleição, devido à afinidade e alianças dos dois partidos nas eleições para governador de 1998.

Figura 8 – Percentual de Votos de Roque Zimermann, nas Eleições para Governador, no 1º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

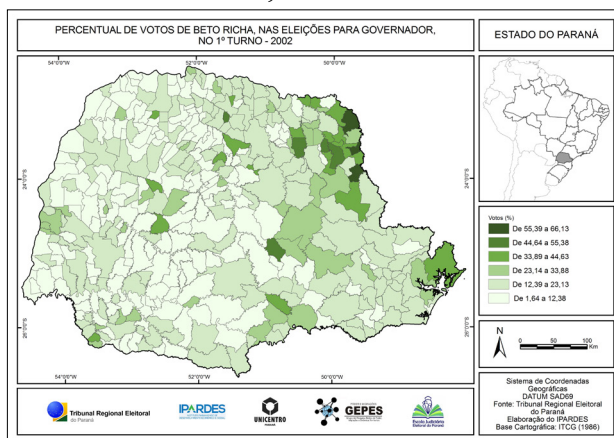
A Figura 9 mostra que Beto Richa teve seu melhor desempenho na Região do Norte Pioneiro, especialmente em municípios como Jacarezinho e São José da Boa Vista, onde obteve entre 55,39% e 66,13% dos votos.

Em 2002, Richa era visto como os herdeiros políticos de José Richa, ex-governador do estado, e possuía forte ligação com Londrina. Além disso, ocupou o cargo de vice-prefeito de Curitiba na gestão de Cássio Taniguchi e foi coligado ao partido do então governador Jaime Lerner (PFL), cuja administração encerrou o segundo mandato com rejeição e desgaste. Esse contexto torna relevante uma análise mais aprofundada sobre o comportamento do eleitorado dessa região. Neste ponto, os votos desta região merecem, em outro momento, uma análise mais abrangente.

Sua votação se estendeu do Norte Pioneiro até o litoral, mas com menor expressividade na Região Centro-Oriental e na Região Metropolitana de Curitiba. Destaca-se que o candidato foi vencedor em Jaguariaíva e o segundo mais votado em Ponta Grossa e Curitiba. No entanto, a presença de ex-governadores na disputa, que ao longo da campanha criticavam a gestão de Lerner, resultou em desempenho de um intermediário para Richa.

Álvaro Dias foi o grande vencedor nos municípios da Mesorregião Norte Central e Noroeste, o que impactou a votação de Beto Richa nessas regiões. Isto é nítido ao compararmos os mapas. No entanto, sua vitória em Apucarana (que destoa da votação em Arapongas, Rolândia e Cambé), o segundo lugar em Londrina e sua votação em Nova Cantu, Farol, Bom Jesus do Sul, Pato Bragado, Quatro Pontes e Nova Santa Rosa demonstraram sua competitividade.

Figura 9 – Percentual de Votos de Beto Richa, nas Eleições para Governador, no 1º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

A vitória de Álvaro Dias ao Senado da República em outubro de 1998 pelo PSDB, “com 2.532.023 votos (65,13% dos votos válidos)” (FGV, 2009, s/p), e sua forte atuação no mandato, em uma série de Comissões Legislativas de grande repercussão na imprensa e na opinião pública⁵ projetaram o ex-governador a disputar o pleito de 2002, após a derrota em 1994 para Jaime Lerner. Agora no PDT (após processo de expulsão do PSDB), ele disputou, no fim do lernerismo, com seu afilhado político Roberto Requião, que venceu as eleições de 1990 com o apoio e a militância de Álvaro Dias. Cabe anotar que Jaime Lerner derrotou Álvaro Dias em 1994 e Requião em 1998.

Em 1998, o PSDB não lançou candidato a governador e o PFL não lançou candidato a senador, rendendo a esta chapa vitória nas eleições. O meio do mandato do senador, somado à prerrogativa e cargos ocupados potencializou o candidato para um segundo turno, o que realmente ocorreu. Álvaro Dias foi o primeiro colocado no primeiro turno, com 31,40% dos votos, vitorioso em 263 municípios.

Dias obteve expressiva votação nos municípios da Região Noroeste. Conforme a Figura 10, São Jorge do Patrocínio, Ivaté, Guaporema, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná e Inajá votaram em peso, com percentuais entre 61,88% e 72,50%. Os resultados na Mesorregião Norte Central paranaense também foram representativos. Contudo, num primeiro turno tão competitivo, estabelecendo o “norte do Paraná” de forma ampla, Dias venceu com boa vantagem em Londrina e Cianorte, mas obteve pouca vantagem em Maringá, Arapongas, Umuarama, Paranavaí e Cornélio Procopio.

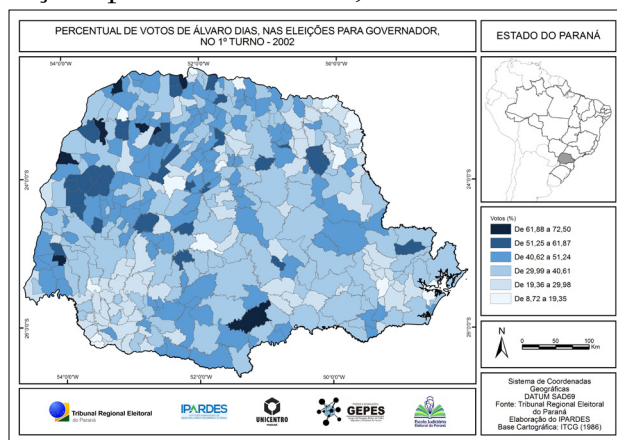
A vitória em Londrina, município onde era radicado, com 36% dos votos, se justifica por outros êxitos ao longo do tempo (foi eleito vereador, deputado estadual e federal pelo MDB na década de 1970). No entanto, um fato é que o eleitor também tinha em mente o voto num ex-governador com mandato encerrado em 1991.

Nas Mesorregiões Centro-Oriental, no Sudoeste paranaense e, principalmente, em Curitiba e Região Metropolitana de

⁵ Nesse sentido, vale destacar sua atuação nas Comissões de Educação, Constituição, Justiça e Cidadania, Relações Exteriores e Defesa Nacional, além de das CPI do Futebol, da Terra, dos Correios e dos Bingos (FGV, 2009).

Curitiba, Dias não obteve a mesma margem de votos conquistada no norte do Paraná. As vitórias de Dias em Cascavel, Toledo, Guarapuava foram significativas, mas dentro da média final do primeiro turno. A questão foi a capital, onde Álvaro Dias perdeu por uma diferença de 78.000 votos para Requião, reduzindo a vantagem conquistada no interior.

Figura 10 – Percentual de Votos de Álvaro Dias, nas Eleições para Governador, no 1º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); **Organização:** IPARDES (2024)

A Figura 11 a seguir apresenta a votação de Roberto Requião no primeiro turno da eleição para governador do Paraná em 2002. Sua força política decorre da trajetória nos cargos disputados, pois, até então, já havia sido eleito prefeito de Curitiba em 1985, governador do Paraná em 1990, senador da República em 1994 e candidato ao governo estadual novamente em 1998, quando foi derrotado.

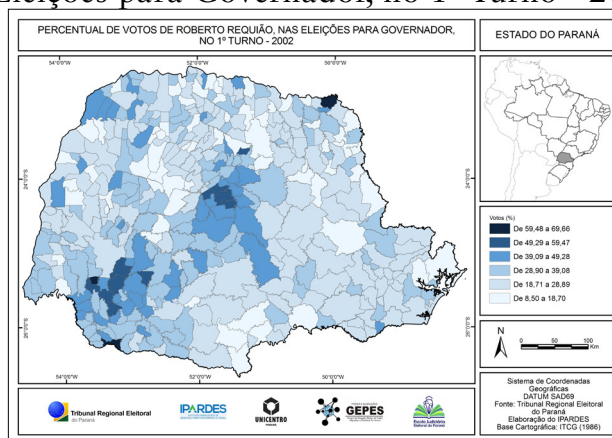
Nos 10 maiores colégios eleitorais do Estado, Requião venceu em Curitiba, Foz do Iguaçu, Colombo e Paranaguá, além de ter obtido uma votação expressiva em Maringá e Pato Branco e se mostrado competitivo em Cascavel, Paranavaí, Umuarama, Guarapuava, Toledo e na Região Metropolitana de Curitiba.

No nível regional, venceu em municípios localizados nas Mesorregiões Sudoeste e Centro-Sul e na porção da Mesorregião Norte-Central conhecida como Vale do Ivaí. A Figura 11 evidencia os percentuais de votos acima de 60% em Santa Lúcia e

Flor da Serra do Sul e em tons intermediários, suas vitórias em Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Laranjeiras do Sul, Pitanga, Capitão Leônidas Marques e Quedas do Iguaçu. Também se destacam seus bons desempenhos em Ivaiporã, Jardim Alegre, Ariranha do Ivaí e Nova Tebas, municípios que compunham a base política de seu candidato a vice-governador, Orlando Pessuti.

Entretanto, o maior destaque da Figura 11 fica por conta de Cambará, no Norte Pioneiro, onde Requião conquistou 69% dos votos válidos. Segundo dados do TRE-PR, no pleito municipal de 2000, o PMDB já havia vencido na cidade com Mohamad Ali Hamze, que obteve 67% dos votos — percentual bastante semelhante ao registrado na eleição de 2002. Os números sugerem uma expressiva transferência de votos para Requião, reforçando a influência do diretório municipal do PMDB.

Figura 11 – Percentual de Votos de Roberto Requião, nas Eleições para Governador, no 1º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

No segundo turno, Roberto Requião conseguiu superar Álvaro Dias e se elegeu governador. Nos municípios em que os candidatos Padre Roque Zimmermann e Rubens Bueno venceram, os votos foram para Roberto Requião, que se tornou o vencedor nesses municípios.

Já os votos de Beto Richa, em alguns municípios, foram destinados ora a Requião, ora a Álvaro Dias. Por exemplo, em

Jardim Olinda, Nova Aliança do Ivaí, Bom Jesus do Sul, Nova Cantú e Apucarana os votos foram para Requião; em Farol e Rio Azul para Álvaro Dias.

A Tabela 2, mostra a inversão de votos nos 10 maiores colégios eleitorais, Álvaro Dias só venceu em Londrina e Requião reverteu a votação em Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava e nos grandes municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Em termos quantitativos, considerando os pequenos e médios municípios, a tabela 03 demonstra onde ocorreu a inversão dos votos que garantiu a vitória para Requião.

Tabela 2 - Candidato vitorioso no 10 municípios paranaenses com maior eleitorado

| MUNICÍPIO | VENCEDOR 1º TURNO | VENCEDOR 2º TURNO |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| CURITIBA | Requião | Requião |
| LONDRINA | Dias | Dias |
| MARINGÁ | Dias | Requião |
| PONTA GROSSA | Dias | Requião |
| FOZ DO IGUAÇU | Requião | Requião |
| CASCADEL | Dias | Requião |
| SÃO JOSÉ DOS PINHAIS | Dias | Requião |
| COLOMBO | Requião | Requião |
| GUARAPUAVA | Dias | Requião |
| PARANAGUÁ | Requião | Requião |

Fonte: TRE-PR (2002).

Tabela 3 - Relação de municípios paranaenses e a vitória o candidatos

| CANDIDATO | 1º TURNO | 2º TURNO |
|-----------------|----------------|----------------|
| Álvaro Dias | 263 municípios | 169 municípios |
| Roberto Requião | 98 municípios | 230 municípios |

Fonte: TRE-PR (2002).

A Tabela 4 apresenta os dados da votação no segundo turno da eleição para governador do Paraná em 2002, detalhando a distribuição dos votos entre os candidatos e evidenciando padrões regionais e eleitorais.

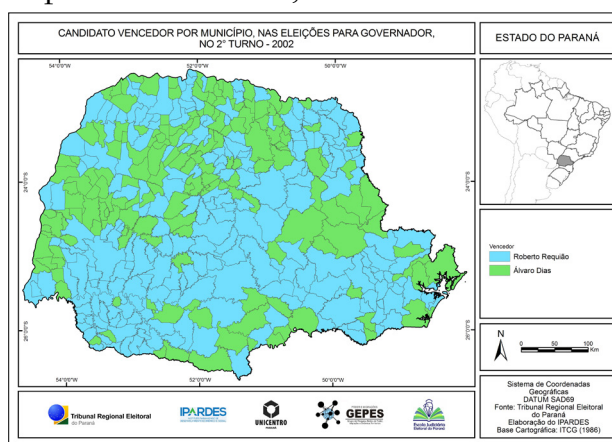
Tabela 4 - Votos apurados no 2º Turno das Eleições estaduais do Paraná de 2002 por candidato

| Candidato | Votos | % votos dos votos apurados |
|--|-----------|----------------------------|
| Álvaro Dias (PDT, PPB, PTB, PTN, PRP, PTdoB) | 2.180.922 | 44,85 |
| Roberto Requião (PMDB) | 2.681.811 | 55,15 |
| Votos brancos | 133.032 | 2,45 |
| Votos nulos | 432.589 | 7,97 |
| Total de votos apurados | 5.428.354 | |
| Abstenções | 1.235.027 | 18,53 |

Fonte: Brasil (2003).

A Figura 12 sintetiza os dados quantitativos das tabelas acima e mostra o grau de competição e os vencedores em cada município do Paraná.

Figura 12 – Candidato Vencedor por Município, nas Eleições para Governador, no 2º Turno - 2002



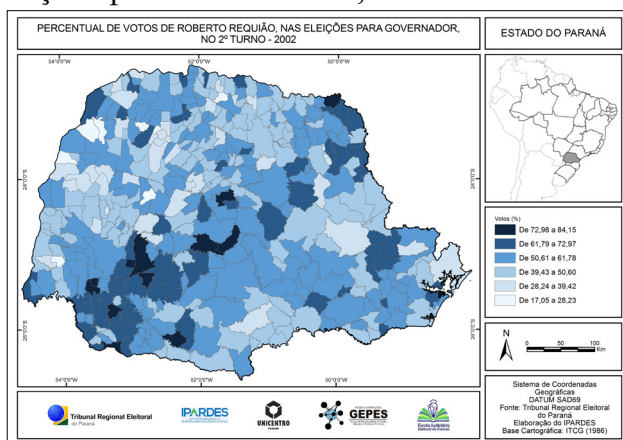
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

A vitória de Requião no estado nos faz refletir na transferência de votos de Lula para ele, já que houve aumento na votação do então candidato do primeiro turno para o segundo turno, o que aponta um indício de verticalização da campanha estadual em direção ao pleito federal.

No segundo turno, tanto Álvaro Dias quanto Requião se alinharam a Lula e reforçaram oposição ao grupo de Jaime Lerner, mas a campanha eleitoral de Requião conseguiu associar Requião a Lula na corrida presidencial.

Conforme a Figura 13, a densidade de votos de Requião aumentou significativamente, ampliando o eixo de confluência entre as regiões Oeste e Sudoeste até Cambará. Outro eixo perceptível de alta densidade de votos estende-se de Foz do Iguaçu a Paranaguá, acompanhando o trajeto da BR-277. No entanto, algumas exceções se destacam ao longo desse percurso, como Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Campo Largo e Balsa Nova, onde os percentuais de votos foram inferiores a 50%.

Figura 13 – Percentual de Votos de Roberto Requião, nas Eleições para Governador, no 2º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

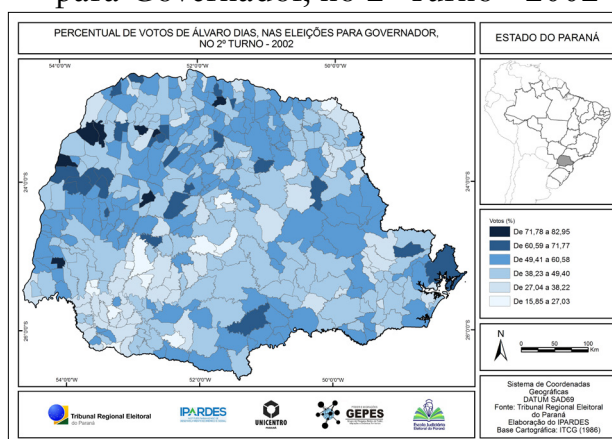
Conforme a Figura 14 a seguir, embora tenha atingido percentuais máximos maiores em alguns municípios, Barroso (2009) aponta que Roberto Requião “progrediu nos 399 municípios do Paraná [e] Álvaro Dias regrediu em 39 municípios”, embora o

avanço do pemedebista tenha sido menor onde já havia vencido no primeiro turno do que em outras regiões.

A densidade de votos de Álvaro Dias é maior no arco que liga as regiões Oeste e Norte à porção inferior da Mesorregião Sudeste, com destaque para São Mateus do Sul. Na Mesorregião Centro-Oriental, sua votação se sobressaiu em Castro, Carambeí, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés.

Além disso, destacam-se seus resultados em Guaratuba, Matinhos e Guaraqueçaba, onde obteve desempenho relevante.

Figura 14 - Percentual de Votos de Álvaro Dias, nas Eleições para Governador, no 2º Turno - 2002



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024)

Considerações finais

O estudo das eleições para governador no Paraná em 2002 revelou a complexa inter-relação entre aspectos geográficos, históricos, sociais, econômicos e culturais que moldam o comportamento eleitoral. A análise evidenciou que o cenário político estadual é amplamente influenciado pela dinâmica nacional, como a ascensão do Partido dos Trabalhadores e a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, refletindo a tendência de verticalização entre os pleitos estaduais e federais. Esse fenômeno demonstra como as estratégias eleitorais no Paraná, particularmente no

caso de Roberto Requião, se beneficiaram de alianças e transferências de votos entre diferentes esferas do poder.

A trajetória histórica do Paraná, com sua industrialização tardia e desenvolvimento econômico desigual, criou padrões regionais distintos que se refletem nos resultados eleitorais. As regiões mais desenvolvidas, como Curitiba e o Norte, concentraram maiores índices de votação para candidatos que representavam continuidade ou inovação nas políticas locais, enquanto regiões periféricas apresentaram maior alienação eleitoral. Esse contexto é intensificado pelas disputas de uso da terra e a dualidade entre grandes propriedades mecanizadas e a agricultura familiar, fatores que influenciam o perfil socioeconômico e as prioridades políticas dos eleitores.

A análise cartográfica foi fundamental para mapear os padrões de voto, revelando como candidatos como Álvaro Dias e Roberto Requião conquistaram suas bases eleitorais em diferentes regiões. Enquanto Dias teve destaque em áreas urbanas e industrializadas, Requião consolidou sua liderança em zonas rurais e cidades menores, onde políticas sociais e econômicas de redistribuição têm maior apelo. A fragmentação dos votos no primeiro turno e a transferência no segundo turno refletem tanto a força das personalidades políticas no Paraná quanto a dinâmica de alianças partidárias.

Por fim, as eleições de 2002 marcaram um momento de inflexão na política estadual, com o fortalecimento de lideranças tradicionais e o aumento da influência de pautas nacionais sobre as decisões locais. A ascensão de Roberto Requião ao governo, em paralelo ao fortalecimento de Lula na presidência, exemplifica como as preferências eleitorais no Paraná estão enraizadas em uma combinação de tradições políticas e alinhamentos com movimentos nacionais.

A compreensão desses processos destaca a importância de análises interdisciplinares para desvendar os fatores que moldam a geografia do voto e suas implicações para o futuro político do estado.

REFERÊNCIAS

- AYRES, Carla Simara. *O Paraná Não é o ABC – Desafios e Peculiaridades da Organização do PT no Estado*. Anais 36º Encontro Anual da ANPOCS, GT 25 – Partidos e Sistemas Partidários, São Paulo, 2012.
- AZEVEDO, Daniel A. de. *A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral*. In: AZEVEDO, Daniel A. de; NOGUEIRA, Ricardo (org.). *Geografia política: base conceitual e diversidade temática*. Brasília: Calianra, 2023, p.147-173.
- BARROS, Omar Neto Fernandes. *Eleições no Paraná: 1998 – 2010*. Confins - Revista franco-brasileira de geografia, nº10, 2010.
- BORBA, J. (2008). *As Bases Sociais e Atitudinais e a Alienação Eleitoral no Brasil*. *Revista Debates*, 2(2), 134–157. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.6989>
- BORGES, André. *Já Não se Fazem Mais Máquinas Políticas Como Antigamente: Competição Vertical e Mudança Eleitoral nos Estados Brasileiros*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, vol. 18, nº 35, p. 167-188, fev. 2010.
- BRASIL. *Relatório das eleições 2002*. Brasília: TSE, 2003.
- DUBIEL, Sonise A.; RAIHER, Augusta P. *Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Paraná: Evolução e Determinantes*. *Informe Gepec*, Toledo, vol. 17, nº 2, p.6-22, jul./dez. 2013.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Álvaro Fernandes Dias*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-fernandes-dias>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. *IPDM - Metodologia antiga (referência 2002)*. Curitiba: 2002.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *Paraná: Diagnóstico Social e Econômico: Sumário Executivo*. Curitiba: IPARDES, 2003.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Coleção História do Paraná. Ed. 2º. Curitiba: Sociedade de Amigos do Museu Paranaense – SAMP, 2017.
- MAZZOLENI, Oscar. *Territory and Democratic Politics: A Critical Introduction*. Palgrave Studies in European Political Sociology. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan Cham, 2023.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- PITILIN, Giovani Richard; PIACENTI, Samara Cristina; ALVES, Viecele Lucir Reinaldo. *O Paraná no século XXI: Dinamismos e Comportamentos Locacionais*. In: Santos, Fabiane dos (org.). *Geografia no Século XXI – Volume 4*. Belo Horizonte: Poisson, 2019, p.35-52.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. 20ª Ed. São Paulo: Editora Record, 2020.
- SANTOS, W. G. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1987.
- SILVA, José Carlos da. *O desenvolvimento econômico do Paraná no início do século XXI*. *Revista de Economia Regional*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 45-67, 2002.
- SILVA, Márcia da. *Análise Política do Território no Centro-Sul do Paraná*. Guarapuava: Unicentro/Fundação Araucária, 2007.
- SILVA, Rafael da; GIMENES, Éder Rodrigo; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo A. *Votos Brancos e Nulos no Brasil: Bases Cognitivas e Atitudinais*. Dossiê Partidos políticos, eleições e comportamento político-eleitoral no Brasil, 2014.
- TRINTIN, Jaime Graciano. *A economia Paranaense: 1985-1998*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP: p.200, 2001.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) (2002): BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2002. – Brasília: TSE, Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogpublicacoes/pdf/relatorio_eleicoes_/relatorio.pdf. Acesso em 08/10/2024.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) (2014): BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Voto branco x voto nulo: saiba a diferença. Brasília: TSE, Disponível em: <https://www.tre-es.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Outubro/voto-branco-x-voto-nulo-saiba-a-diferenca>.
- VALENTE, Maria Rita da Silva. *Os Votos Brancos e Nulos nas Eleições Presidenciais Brasileiras (2002-2018)*. 2022. Dissertação.